



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680499 - SP (2021/0220942-6)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIANA PAGANO GIL - SP251644
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RENATA PESTANA BALDIM
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RENATA PESTANA BALDIM em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501447-13.2020.8.26.0530).

A paciente foi condenada às penas de 4 meses de reclusão em regime inicial semiaberto e de 3 dias-multas, substituída a pena corporal por uma restritiva de direitos, consistente em limitação de final de semana, por igual período, como incursa no art. 155, § 2º, do Código Penal.

A impetrante sustenta que a paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal decorrente da manutenção da condenação pelo Tribunal de origem, pois entende que a conduta seria materialmente atípica, sendo hipótese de aplicação do princípio da insignificância.

Afirma que os requisitos para incidência do princípio da bagatela estariam preenchidos, uma vez que (fl. 12):

a) a “res furtiva” é inexpressiva (inferior a 10% do salário-mínimo); b) não há relato que a acusada tenha provocado consequências danosas a vítima; c) inexistiu violência; d) o patrimônio da vítima não foi e nem será afetada com a pretensa subtração das insignificantes peças, eis que foram devolvidas à vítima no mesmo dia e em perfeitas condições, à exceção da peça de carne de valor ínfimo (R\$ 28,60).

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado, até o julgamento do *writ*.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja aplicado o

princípio da insignificância e reconhecida a atipicidade material da conduta, com a consequente absolvição da paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente